



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Instituto Estadual de Florestas**

**URFBio Alto Paranaíba - Núcleo de Regularização e Controle Ambiental**

Termo de Arquivamento - IEF/URFBIO AP - NUREG

Patos de Minas, 13 de março de 2024.

### **TERMO DE ARQUIVAMENTO**

**Indexado ao Processo:** 2100.01.0016256/2023-19

**Requerente:** Fábio Shin Iti Endo

**Imóvel da intervenção:** Fazenda Espinha do Peixe - Mat.: 7.601, 10.066 e 10.611

**Município:** Tiros/MG

**Objeto:** Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP

**Bioma:** Cerrado

O Supervisor da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Paranaíba do Instituto Estadual de Florestas - IEF, no uso de suas atribuições legais, com base no inciso I do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020:

Considerando que o processo de intervenção ambiental nº **2100.01.0016256/2023-19** em questão foi formalizado em 18 de maio de 2023;

Considerando que o empreendimento em questão foi notificado por meio do Ofício IEF/URFBIO AP - NUREG nº. 2/2024 (79925938) de 04 de janeiro de 2024, para proceder à apresentação de informações complementares no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do recebimento;

Considerando que tal notificação foi enviada na data de 04 de janeiro de 2024 e recebida na data de 08 de janeiro de 2024 conforme certidão de intimação eletrônica (80042427) para ciência anexa ao processo;

Considerando que na data de 01 de março de 2024 foi peticionado o Ofício nº 005/2024 (83167312) solicitando prorrogação do prazo inicial, por igual período, mediante a justificativa de "Tal requerimento se justifica pela solicitação de informações apresentadas no Cadastro Ambiental Rural – CAR, e o referido sistema estar indisponível até a presente data, devido a manutenção e atualização do mesmo.";

Considerando que na data de 04 de março de 2024, o órgão ambiental emitiu o Despacho nº 309/2023/IEF/URFBIO AP - NUREG (83194284) manifestando-se pelo indeferimento do pedido de prorrogação de prazo pela falta de justificativa plausível, uma vez que nenhuma das informações complementares solicitadas por meio do Ofício IEF/URFBIO AP - NUREG nº. 2/2024 tem qualquer vinculação com o Cadastro Ambiental Rural - CAR;

Considerando que as informações não foram atendidas no prazo definido;

Considerando que as informações complementares são essenciais para subsidiar a análise do processo;

Considerando a Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, que dispõe sobre processos administrativos no âmbito da Administração Pública;

Considerando o Decreto nº 47.222 de 26 de julho de 2017, que regulamenta a Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002;

Considerando o art. 1º do Decreto nº 47.222 de 26 de julho de 2017, que assim diz: *"Art. 1º Fica admitido, no âmbito do Poder Executivo, o uso de meio eletrônico para o registro e comunicação de atos e para a tramitação de processos administrativos."* (grifo nosso);

Considerando, por fim, a regra prevista no **§ 2º, art. 19 do Decreto 47.749/2019;**

Considerando, por fim, o disposto no art. 50 da Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, que diz: “Art. 50 – Administração pode declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou **quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente.**” (grifo nosso);

Homologo a sugestão pelo **arquivamento do processo administrativo nº 2100.01.0016256/2023-19**, relativo ao empreendimento **Fábio Shin Iti Endo / Fazenda Espinha do Peixe - Mat.: 7.601, 10.066 e 10.611**, localizado na zona rural do município de Tiros/MG, motivado pelo **não cumprimento das informações complementares**.

Publique-se, officie-se e archive-se.

**Frederico Fonseca Moreira**  
Supervisor Regional - MASP: 1.174.359-8  
Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Paranaíba



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Fonseca Moreira, Supervisor(a)**, em 14/03/2024, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **83996707** e o código CRC **9D4096C6**.